



# Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



**Volume XIV, n. 3, set. 2020**  
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

## **EIXO 3 - EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <https://doi.org/10.29380/2020.14.03.27>

Recebido em: **01/08/2020**

Aprovado em: **02/08/2020**

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS ATUAIS E AS POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO  
A SERVIÇO DO POVO; THE CURRENT EDUCATIONAL POLICIES AND THE  
POSSIBILITIES OF EDUCATION AT THE SERVICE OF THE PEOPLE; POLÍTICAS  
EDUCATIVAS ACTUALES Y LAS POSIBILIDADES DE LA EDUCACIÓN A SERVICIO  
DEL PUEBLO

LARISSA DOS SANTOS ESTEVAO

<https://orcid.org/0000-0003-1035-1587>

## RESUMO

O artigo aborda as concepções político-ideológicas que orientam as políticas educacionais no Brasil desde 1990 e discute as possibilidades de compreender a educação como um instrumento de transformação dessa sociedade e de emancipação do povo. É uma pesquisa de cunho bibliográfico, fundamentada nos aportes teóricos do marxismo. Os resultados da pesquisa evidenciam que as reformas estão fundamentadas no projeto educacional dos organismos internacionais, que se apóia na TCH, da Sociedade do Conhecimento, do Neoescolanovismo e Neotecnicismo, todos voltados a valorização do capital e reprodução da sociedade capitalista. O estudo evidencia a relação dialética existente na escola e aponta a necessidade de travar lutas dentro da escola burguesa; elevar a consciência de classe; combinar o ensino ao trabalho produtivo e formar o ser humano na sua integralidade.

**Palavras-chave:** Imperialismo. Políticas Educacionais. Educação a serviço do povo.

## ABSTRACT

This article addresses the political-ideological conceptions that guide the educational policies in Brazil since 1990 and it discusses the possibilities of understanding and converting education into an instrument for transforming this society and emancipating the people. It is a bibliographic research, based on the theoretical contributions of Marxism. The results of the research show us that the various reforms are based on the educational project from international bodies based on the Theory of Human Capital, the Knowledge Society, Neoscholasticism and Neotechnics, all focused on the appreciation of capital and reproduction of capitalist society. The study allowed us to understand that there is a dialectical relationship in school and, therefore, it is necessary to wage fights within the bourgeois school; to seek to raise class awareness; and to combine teaching with productive work in order to form the human being in its integrality.

**Keywords:** Imperialism. Educational Policies. Education for the People.

## RESUMEN

Este artículo aborda las concepciones político-ideológicas que guían las políticas educativas en Brasil desde 1990 y analiza las posibilidades de entender y convertir la educación en un instrumento de transformación de esta sociedad y de emancipación del pueblo. Se trata de una investigación bibliográfica, basada en las aportaciones teóricas del marxismo. Los resultados de la investigación muestran que las diversas reformas se basan en el proyecto educativo de organizaciones internacionales fundadas en la Teoría del Capital Humano, la Sociedad del Conocimiento, el Neoescolanovismo y el Neotecnicismo, todos enfocados en la apreciación del capital y la reproducción de la sociedad capitalista. El estudio nos permitió entender que hay una relación dialéctica en la escuela y, por eso, es necesario librar luchas dentro de la escuela burguesa; buscar aumentar la conciencia de la clase; combinar la enseñanza con el trabajo produtivo para formar al ser humano en su integralidad.

**Palabras clave:** Imperialismo. Políticas Educativas. Educación para el pueblo.

## INTRODUÇÃO

Vivemos uma situação política de avançada crise do capitalismo mundial, crise esta que abrange diversos campos – econômico, político, moral e social. Tanto nacional como internacionalmente, observamos o agravamento de todas as contradições fundamentais no mundo, uma agudização da luta de classes, um cenário crescente de militarização do Estado, o que significa que a burguesia tem substituído suas bandeiras de soberania nacional, direitos e liberdades democráticas pelo fascismo, genocídio e opressão sem limites ou mesmo usando essas bandeiras como farsa e enganação, a fim de manter-se como classe dominante.

Lênin (1979) nos esclarece que o desenvolvimento desigual dos países é premissa básica e inevitável do modo de produção capitalista e, por isso, o excedente de capital que é exportado pelos países capitalistas não é utilizado para a elevação do nível de vida das massas de sua população, a qual continua a se arrastar, apesar do vertiginoso progresso da técnica, e isso não acontece, pois significaria diminuição dos lucros dos capitalistas, já a exportação para países atrasados gera grandes lucros, devido à escassez de capitais nesses países.

Para além da exportação de capitais, a fase atual do capitalismo – o imperialismo, sua fase superior (LÊNIN, 1979) – é sustentada pelo domínio do capital financeiro e pela política colonial, sua essência encontra-se na divisão do mundo entre os países opressores e oprimidos. Nesse contexto, a dominação ganha novas formas e se complexifica, pois a partilha do mundo passa a ser realizada segundo o capital que se tem. Assim países que gozam de independência política se encontram enredados em uma dependência financeira e diplomática.

As crises cíclicas do capitalismo são também a história da intensificação da exploração das nações oprimidas pelo imperialismo, com maior agudização da luta de classes, pois o imperialismo torna o capitalismo ainda mais perverso, com suas novas formas de dominação, estende a lógica do capital a todas as relações sociais.

O colapso do *welfare state*, com a crise geral de decomposição do capitalismo em 1970, resultou no desmonte dos direitos democráticos adquiridos e retorno do Estado Mínimo, numa busca por dar ao sistema capitalista uma sobrevida, com isso a atuação do imperialismo nos países dominados ficou ainda mais evidente. A submissão às determinações imperialistas se apresenta em diversos setores da sociedade, por meio da intervenção, direta ou indireta, dos organismos internacionais com atuações nem um pouco discretas diante das crises cíclicas e cada vez mais profundas do capitalismo.

Com a crise vem à necessidade da intensificação da exploração nos países dominados e a educação é um dos meios pelo qual os organismos internacionais têm tentado a fim de amenizar a visibilidade dos impactos e diminuir a reação a essa exploração.

As nações imperialistas complementam, assim, a dominação militar com a dominação ideológica, difundindo por seus organismos a retórica do auxílio humanitário, respaldado por princípios demagógicos de sustentabilidade, justiça e igualdade social. Apontam como meta o combate à pobreza e a busca pela equidade, concretiza-se prioritariamente na oferta da educação básica, visando, sobretudo, conter a luta de classes, manter as classes dominadas sob controle, prepará-las para o trabalho cada vez mais precário.

Dessa forma, justificam que a causa do atraso e da pobreza é a ausência de escolarização e a baixa aprendizagem e não a exploração capitalista. Assim, apontam para a necessidade de a educação ser um instrumento tanto na preparação do trabalhador com competências e habilidades técnicas e socioemocionais exigidas pelo mercado, mas também prevenir distúrbios sociais contestadores da ordem diante das imposições do capital e da miséria que se intensifica.

É nessa totalidade complexa e contraditória que se encontra enredada a sociedade brasileira. O Brasil, por ser um país de capitalismo atrasado, sob o domínio imperialista, conserva relações atrasadas, relações semicoloniais e semifeudais (SOUZA, 2014), e por isso necessita ainda de verdadeira independência econômica, política e ideológica que lhe garanta autonomia para definir suas políticas públicas com base no interesse de seu povo.

E, nesse contexto, compreendemos que a pesquisa científica no campo da educação assume papel ainda mais crucial na identificação dos caminhos pelos quais se têm conduzido a escola pública, a fim de transformar essas práticas sociais, visando à defesa da educação pública como um direito, particularmente, para os sujeitos das classes populares[i] que, historicamente, têm tido este e outros direitos negados.

Nesse sentido, como método de exposição, buscaremos aqui apresentar, inicialmente, as concepções político-ideológicas que permeiam as políticas educacionais desde a década de 1990, no auge dos debates sobre as reformas necessárias a educação com a reestruturação produtiva do capital e, em seguida, discutir as possibilidades de resistência, os meios de compreender e transformar a educação em um instrumento de transformação dessa sociedade e emancipação do povo.

## AS CONCEPÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS QUE ORIENTAM AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Até 1950, nos países onde a revolução burguesa se efetivou, a educação era tida como um “direito social e subjetivo”, assim ressalta Frigotto (2015). Entretanto, com a crise das políticas keynesianas e o colapso do *welfare state*, é formulada a noção de capital humano por Theodore Schultz, representando os intelectuais burgueses da época. Esta concepção sedimenta um reducionismo em diversos conceitos fundamentais, a saber:

O resultado é que a noção de capital humano sedimenta um reducionismo da concepção de **ser humano** a uma mercadoria; de **trabalho**, ao confundir a atividade vital que produz e reproduz o ser humano e que é pressuposto das demais atividades humanas, à venda da força de trabalho humana (emprego); de **sociedade**, ao tomá-la como um contínuo dos mais pobres aos mais ricos, ignorando a estrutura desigual e antagônica das classes sociais; de **classe social**, tomando-a por fatores isolados e independentes na compreensão da sociedade e, finalmente, de **educação**, de um direito social e subjetivo a uma concepção mercantil de formação humana (FRIGOTTO, 2015, p. 217, grifos nossos).

Estes reducionismos adjacentes à noção de capital humano, segundo Frigotto (2015), dá força às teses ultraconservadoras de busca do bem individual e egoísmo produtivo, onde cada indivíduo deve isoladamente negociar seu lugar e adequar-se às necessidades do mercado.

Em conjunto com o grande avanço tecnológico, foi possível desfazer-se de grandes contingentes de trabalhadores e flexibilizar as leis de proteção trabalhistas, instaurando processos de superexploração, aprofundando a degradação da vida dos trabalhadores, retirando seus direitos conquistados.

Cunha-se, nesse período ainda, a tese da sociedade do conhecimento, numa realidade onde a ciência e a informação são monopolizadas privadamente, busca-se passar a ideia de que todos podem acessar o conhecimento e, portanto, não há mais classes sociais, enquanto há um crescente processo de monopolização do conhecimento e tecnologia pelos megagrupos detentores do capital ampliando cada vez mais a desigualdade entre as classes e entre as nações.

Diante desse novo cenário internacional, os anos de 1990 marcam o auge das discussões sobre as reformas “necessárias” às políticas educacionais. É neste período que a educação passa a ser mais bem situada nos debates e área de atuação dos organismos internacionais que a destacam como importante instrumento para o desenvolvimento econômico, bem como propulsora do processo de reestruturação produtiva em curso.

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma renovação de interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave a ser produzida e vendida a quem paga mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas (HARVEY, 2008, p. 151).

O imperialismo, então, passa a reconhecer a necessidade de controle do conhecimento e seu valor econômico e estratégico, transformando-o também em mercadoria. Santos (2004) aponta que a circulação e distribuição do conhecimento adquirem as mesmas características do mercado, assim o acesso aos conhecimentos é diferenciado e hierarquizado, sob a seguinte referência:

- Aos conhecimentos que possuem valores estratégicos, tanto militares como empresariais e de grande valor econômico, portanto acessíveis somente às camadas mais altas das classes dos gestores;
- Aos conhecimentos extremamente dispendiosos, somente acessíveis àqueles que têm recursos financeiros suficientes para adquiri-los;
- Aos conhecimentos materializados em conteúdos programáticos destinados à classe dos gestores pelas escolas conhecidas e reconhecidas como de qualidade superior ou média, bem como as informações disponíveis na internet;
- Aos conhecimentos materializados em conteúdos programáticos apresentados por escolas conceitualmente destinadas às classes dos trabalhadores e reconhecidas pela qualidade de ensino inferior (SANTOS, 2004, p. 84-85).

Assim, ao adotar a concepção de educação por um viés mercantil, passa-se a apontar estritamente objetivos de acordo com a necessidade do mercado. Assim, passa a ser atribuição da escola produzir a mercadoria “trabalhador” e este precisa ser apto e preparado para responder com precisão as necessidades imperativas do mercado, sem problematizações ou contestação sobre a ordem vigente.

Dessa forma, a educação das classes populares passa a ser uma prioridade dada a necessidade de preparar o novo tipo de trabalhador com as habilidades exigidas pelo mercado, os conteúdos passam a ter caráter instrumental e pragmático, “opera-se nesse contexto, um esvaziamento do conteúdo, em nome de um conjunto de habilidades, aptidões e valores apegados ao plano da imediatividade e do utilitarismo, temperados com abstrações mistificadoras” (RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ, 2009, p. 10).

Segundo Saviani (1994), a desigualdade social se expressa também na questão do acesso ao conhecimento e se dá porque a sociedade capitalista reconstrói a diferença entre as escolas das elites, voltadas para a formação intelectual, e as escolas para as massas, que são limitadas à escolarização básica ou se restringem a determinada habilitação profissional. Isso nada mais é que a materialização do caráter de classe da educação.

No Brasil, o cenário não foi diferente, as formulações das políticas educacionais sofrem influência do imperialismo, principalmente devido às condicionalidades impostas para seu financiamento por meio dos

organismos internacionais. Dessa forma, elas seguiram o mesmo curso com foco na busca pelo desenvolvimento econômico e administração da pobreza e das desigualdades sociais, ou seja, prevenção de distúrbios sociais.

Os novos processos produtivos exigiram do trabalhador uma formação de caráter diferenciado, que proporcionasse condições de inserção e atendesse às novas demandas do mercado de trabalho, formando “capital humano” que atenda ao novo cenário, impulsionando assim a necessidade de diversas reformas nas políticas educacionais.

Dessa forma, todo o debate gira em torno da necessidade de reformar as políticas educacionais, formar as novas “competências” requeridas pelo mercado que exige agora uma “qualidade total”, ou seja, a produção da mercadoria (trabalhador), no menor tempo possível, dentro dos padrões e ao menor custo e, por isso, “quem deve, de forma gradativa, orientar, inclusive as escolas estatais públicas, os currículos, os conteúdos e os métodos de ensino e de avaliação são institutos vinculados aos setores produtivos privados” (FRIGOTTO, 2015, p. 221), a exemplo da elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orientada por institutos e fundações privadas, como a Fundação Lemann.

Para formar as novas competências necessárias a nova ordem econômica mundial, os organismos internacionais, por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), vão apontar quatro pilares para a educação do século XXI, baseados no lema “aprender a aprender”, são eles: Aprender a conviver; Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a ser.

Para Saviani (2013), o “aprender a aprender” remete as ideias pedagógicas escolanovistas que, naquele contexto, referia-se à valorização dos processos de convivência das crianças com elas próprias e com os adultos, significava adquirir a capacidade de buscar por si mesmo conhecimentos e de se adaptar a sociedade, na qual cada indivíduo tinha um lugar e cumpria seu papel em benefício dessa sociedade como um todo. Esta concepção estava entrelaçada no otimismo econômico, próprio de uma economia em expansão.

Já na década de 1990, com a economia em declínio, o “aprender a aprender” liga-se à constante necessidade de atualização exigida pela necessidade de ampliação da esfera da “empregabilidade”, ou seja, desenvolver o potencial de “adaptabilidade” e de “empregabilidade”, a capacidade de “gestão do imprevisível”, própria da nova ordem econômica mundial.

Duarte (2001, p. 38) afirma que o lema “aprender a aprender” aparece agora na sua forma mais crua, mostrando-nos seu verdadeiro núcleo: “trata-se de um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação da capacidade adaptativa dos indivíduos”. Nesse sentido, o papel da escola é desenvolver uma maior capacidade de adaptação, de aprender a aprender e reaprender, por isso, é imperativo uma educação ao longo da vida a fim de superar os desafios desencadeados por um mundo em rápida transformação.

Dentro desse contexto, aos educadores cabe, segundo Duarte (2001) em crítica a essa concepção, conhecer a realidade social para saber as competências que estão sendo exigidas dos indivíduos e não para fazer a crítica a essa realidade, construindo uma educação voltada para o compromisso com a transformação radical da sociedade, mas evitando e criticando a “possibilidade de organizar um agir coletivo consequente” (GIOLO, 2004, p. 9). Isso é o que impõe a sociedade do Conhecimento.

A assim chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo [...] E qual seria a função ideológica desempenhada pela crença na assim chamada sociedade do conhecimento? No meu entender, seria justamente a de enfraquecer as críticas radicais ao capitalismo e enfraquecer a luta por uma revolução que leve a uma superação radical do capitalismo, gerando a crença de que essa luta teria sido superada pela preocupação com outras questões “mais atuais”, tais como a

questão da ética na política e na vida cotidiana, pela defesa dos direitos do cidadão e do consumidor, pela consciência ecológica, pelo respeito às diferenças sexuais, étnicas ou de qualquer outra natureza (DUARTE, 2001, p. 39).

Assim, a sociedade do conhecimento está pautada numa visão idealista de educação onde “os problemas sociais são resultados de mentalidades errôneas, acarretando na crença de que a difusão pela educação de novas ideias entre os indivíduos, especialmente das novas gerações, levaria a superação daqueles problemas” (DUARTE, 2010, p. 35). Da mesma forma, o neoescolanovismo é uma teoria pragmática (DUARTE, 2003) de uma educação adaptada à reestruturação produtiva do capital, ambas conduzem à reprodução da organização da sociedade capitalista.

Observamos com clareza que as reformas realizadas na educação brasileira desde então se encontram dentro do projeto para salvaguardar o apodrecido capitalismo burocrático do Estado brasileiro[ii], expresso na retirada dos direitos democráticos conquistados pelas classes populares. Nas reformas atuais, esse projeto apresenta-se no congelamento dos recursos públicos para a educação e saúde, flexibilização das leis trabalhistas e reforma da previdência. Está expresso ainda nas reformas das políticas educacionais como a BNCC e a Reforma do Ensino Médio que apresenta rigidez quanto à hierarquia de algumas disciplinas, apresentando obrigatoriedade apenas às recomendadas pelos organismos internacionais, esvaziando os currículos das classes populares dos conhecimentos científicos acumulados pela humanidade, bem como nas parcerias público-privadas utilizadas como estratégia de privatização. Sobre as reformas atuais na educação brasileira, em especial, a do Ensino Médio, Mota e Frigotto (2017) afirmam que:

[...] trata-se de uma contrarreforma que expressa e consolida o projeto da classe dominante brasileira em sua marca antinacional, antipovo, antieducação pública, em suas bases político-econômicas [...], que condena gerações ao trabalho simples e nega os fundamentos das ciências que permitem aos jovens entender e dominar como funciona o mundo das coisas e a sociedade humana. Uma violência cínica de interdição do futuro dos filhos da classe trabalhadora por meio da oficialização da dualidade intensificada do Ensino Médio e de uma escola esvaziada [...] (MOTA; FRIGOTTO, 2017, p. 369).

O caminho que as reformas educacionais têm trilhado no Brasil ao longo dos anos, recorrendo a investimento em “capital humano” visando maior produtividade; precarização do ensino com foco em aprendizagens mínimas, com flexibilização e esvaziamento científico do currículo, sendo este substituído por habilidades socioemocionais e competências de caráter instrumental e pragmático; avaliação com foco em resultados de desempenho; responsabilização docente, inclusive com caráter punitivo; a intromissão do capital privado (privatização) que dá ênfase aos conceitos de eficiência, eficácia, produtividade, qualidade total, nada disso objetiva o desenvolvimento humano em sua integralidade, ou seja, não servem às massas trabalhadoras, às classes populares. Esse tipo de concepção ideológica, político-pedagógica está muito longe de atender as necessidades das classes populares, ao contrário, esse tipo de educação tem sido “o processo mediante o qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência” (PONCE, 2015, p. 205).

Nos países de capitalismo burocrático, como é o caso do Brasil, conforme Souza (2014), destacamos que se desenvolve uma linha/concepção burocrática no campo ideológico que consiste no processo para moldar todo o povo na concepção e ideias políticas que o servem, sendo as políticas educacionais uma expressão destacada desta linha.

## **EDUCAÇÃO: INSTRUMENTO PARA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE E EMANCIPAÇÃO DO POVO**

Contraopondo-se à linha burocrática que se desenvolve no campo ideológico, temos o caminho democrático na educação que busca transformar a realidade do ensino público colocando-a a serviço das classes populares. Afirmamos a necessidade de defender uma escola que seja pública, gratuita, democrática e que sirva às classes populares, e assim estamos propondo lutar pela transformação da escola que temos hoje.

Sabemos, contudo, que esta não é uma tarefa fácil, pois a burguesia, enquanto for a classe opressora e detiver o poder do Estado, não permitirá o desenvolvimento de uma educação de novo tipo. Essa nova escola só será possível com o estabelecimento de uma nova ordem social:

A burguesia não se renderá nunca às eloquentes razões morais dos educadores e dos pensadores da democracia. **Uma igualdade que não existe no plano da economia e da política não pode tampouco existir no plano da cultura.** Trata-se de uma equalização lógica dentro de uma democracia pura, porém absurda dentro de uma democracia burguesa. E já sabemos que a democracia pura é em nossa época uma abstração (MARIÁTEGUI, 2007, p. 78, grifo nosso).

Compreendermos, então, que não vamos construir uma nova escola no seio do capitalismo burocrático de nosso país, entretanto não podemos entender a escola atual apenas como mera reprodutora da ideologia dominante (SOUZA, 2014), já que ela mantém uma relação dialética como a sociedade (SAVIANI, 2007).

Essa relação dialética que existe no interior da escola capitalista é expressão da luta de classes dentro da escola. São concepções, democráticas ou reprodutivistas, que se confrontam em um processo de resistência e acúmulo de conhecimento para uma nova educação, afinal esta nascerá das condições deixadas por esta velha sociedade, em luta aberta e direta contra ela. Assim, devemos travar lutas dentro da escola capitalista, transformando-a em verdadeira trincheira da luta de classes, inserindo a escola na luta política democrática como uma estratégia para a construção de nova educação.

Nesse processo, é necessário compreendermos que a atividade cognitiva dos seres humanos apreende, em diferentes graus, as distintas relações que se estabelecem entre eles. A prática social se apresenta na atividade de produção, na luta de classes, na vida política, nas atividades desenvolvidas no domínio da ciência e da arte. Entre essas relações, a luta de classes exerce influência profunda sobre o desenvolvimento do conhecimento, assim, numa sociedade organizada de forma hierárquica em classes sociais cada forma de pensamento está marcada distintivamente por uma classe (MAO TSETUNG, 1937).

Se cada forma de organização, cada forma de pensamento está marcada com o selo de uma classe, é preciso ter em conta que a educação não é um ato neutro, nem na sociedade capitalista, dirigida pela burguesia, nem o será em uma sociedade de novo tipo. A educação em nosso país hoje tem um caráter de classe, caráter semifeudal e semicolonial, isto é, caráter burguês subjugado ao imperialismo que formula, planeja e implementa as políticas educacionais.

Entretanto, se a compreendemos de forma dialética, podemos utilizá-la como um instrumento de formação da consciência das classes populares, que tem por objetivo:

[...] apontar a verdadeira consigna de luta; em saber apresentar objetivamente a luta como produto de um determinado sistema de relações de produção; e a necessidade desta luta, seu conteúdo, o curso e as condições do seu desenvolvimento, sem perder de vista seu objetivo geral: a destruição completa e definitiva de toda exploração e de toda opressão (LÉNIN apud SOUZA, 2014, p. 300-301).

Elevar a consciência de classe das classes populares é a forma de compreender os interesses da classe e avançar para sua emancipação e que, “Mesmo ligada ao Estado por um vínculo institucional, a escola pode desempenhar um papel contraditório em relação a ele, pois, trabalhando com o conhecimento, não consegue ocultar, o tempo todo, as contradições existentes na sociedade” e, por isso, existe “um movimento contra a escola capitalista dentro da escola capitalista, que, embora com limitações, contribui para o desenvolvimento da luta de classes” (SOUZA, 2014, p. 302). Isto é transformar a escola em trincheira da luta de classes: criar, estimular, impulsionar e dar direção a esse movimento.

É dentro desse movimento existente contra a escola capitalista, que as classes populares devem trabalhar coletivamente e lutar para dirigir a sua própria educação (PISTRAK et al., 2009).

Para atuar ativamente na construção de possibilidades de uma nova escola, as classes populares devem elevar sua consciência de classe, defender o ensino público e a serviço do povo, uma educação popular e científica, afinal, “num povo que cumpra conscientemente seu processo histórico, a reorganização do ensino deve ser dirigida por seus próprios homens” (MARIÁTEGUI, 2010, p.127) e não por ditos pensadores representantes da ideologia burguesa e perversa do capital.

Entretanto, apesar da educação escolar burguesa oferecida ser pragmática e esvaziada dos conteúdos científicos acumulados pela humanidade, é preciso travar lutas constantes para que ela cumpra a sua função de principal de socializar o conhecimento,

[...] trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento de ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais (SAVIANI, 2007, p. 42).

Assim, adquirir conhecimentos universais acumulados pela humanidade

[...] no se trata de adquirir la mayor cantidad posible de conocimientos superficiales en todos los terrenos y de convertirse en una enciclopedia andante. Se trata de ahondar gradualmente los conocimientos que ya se posuen de enlazar los conocimientos nuevos con los viejos y, tomando como base el interés, incrementarlo más y más (KRUPSKAYA apud SOUZA, 2014, p. 303).

As classes populares precisam dominar os conhecimentos universais e desenvolvê-los de acordo com seus interesses. São esses conhecimentos que permitirão, por meio das contradições existentes na educação escolar, elevar a consciência de classe, conhecer a realidade e fazer a crítica à ela, a partir da perspectiva de uma agir consequente para a resolução dos problemas sociais, rompendo os grilhões da exploração e construindo uma educação comprometida com a transformação radical, a superação da sociedade capitalista.

Para transformar a realidade do ensino público, é necessário ainda destruir a educação dualista que opõe os que “pensam” e os que “fazem”, o trabalho intelectual do trabalho manual:

A escola burguesa distingue e separa as crianças em duas classes diferentes. A criança proletária, qualquer que seja sua capacidade, só tem direito, praticamente, na escola burguesa, a uma instrução elementar. A criança burguesa, em troca, também qualquer que seja sua capacidade, tem direito a instrução secundária e

superior. O ensino neste regime, não serve, pois, de modo algum, para a seleção dos melhores. De um lado, sufoca ou ignora todas as inteligências da classe pobre; de outro, cultiva e diploma as mediocridades das classes ricas. O filho de um rico, novo ou velho, pode conquistar, por mais microcéfalo e idiota que seja, os graus e os títulos da ciência social que mais lhe convenham ou o atraíam.

Esta desigualdade, esta injustiça – que não é nada mais que um reflexo e uma consequência, no mundo do ensino, da desigualdade e da injustiça vigentes no mundo da economia – foram denunciadas e condenadas, antes de tudo, por aqueles que combatem a ordem econômica e burguesa em nome de uma nova ordem (MARIÁTEGUI, 2007, 75-76).

A bandeira “educação para todos” dos organismos internacionais vem escamotear a necessidade de formar trabalhadores que “sabem fazer” e se submetem a toda forma de exploração. Kuenzer (2010) destaca que no processo de valorização do capital há a necessidade de “desenvolver processos educativos, nas relações sociais e nas escolas, que disciplinem os trabalhadores operacionais e intelectuais para submeterem-se às diferentes formas de trabalho” (KUENZER, 2010, p. 862), nesta escola “os processos de capacitação ou disciplinamento da força de trabalho são vitais” (KUENZER, 2010, p. 863).

Contudo, para conquistar transformar o ensino público, colocando-o a serviço das classes populares é necessário que estejamos fundamentados em uma linha pedagógica transformadora que é a concepção marxista de articulação entre a instrução e o trabalho produtivo, entre a teoria e a prática.

Primeiramente, sem teoria pedagógica revolucionária, não pode haver prática pedagógica revolucionária. Sem uma teoria de pedagogia social, nossa prática levará a uma acrobacia sem finalidade social e utilizada para resolver os problemas pedagógicos na base de concepções sociais bem determinadas [...] Em segundo lugar e em consequência do que já foi dito, a teoria marxista deve ser adotada como uma nova arma capaz de garantir a transformação da escola, e é preciso adotá-la sem modificações, na prática de todo trabalho escolar (PISTRAK, 2000, p. 24).

Assim, na luta pela transformação da educação dentro da sociedade capitalista, ela deve vincular o ensino ao trabalho produtivo e desenvolver uma construção coletiva, a partir da elevação da consciência de classe e ampliação da visão política.

Devemos construir uma educação fundamentada nos aportes teóricos do materialismo histórico-dialético, seguindo as importantes diretrizes deixadas pelos fundadores do socialismo científico: Uma educação que possibilite “a formação plural, vinculada à prática social, ao processo produtivo e à coletividade, criando condições para a criação de um novo homem, de uma nova mulher” (SOUZA, 2014, p. 299). Neste momento, a luta de classes é o principal nessa formação plural, por se tratar do processo de emancipação das classes populares dentro da sociedade capitalista.

Devemos lutar por uma educação fundamentada em uma cultura de nova democracia, ou seja, anti-imperialista e antifeudal dentro de um país de capitalismo burocrático como o Brasil. Segundo Mao Tsetung, essa cultura deve ser nacional, científica e de massas:

Nacional porque a cultura deve estar a serviço da independência nacional, isto, claro, sem deixar de assimilar a cultura progressista de outras nações, mas as colocando também a serviço das necessidades brasileiras. Deve ser científica, não só rechaçando as influências feudais e lutando contra toda forma de irracionalismo, mas antes de tudo deve ressaltar o papel fundamental da dialética

materialista no estudo e na investigação, assim como a constante união entre teoria e prática. Trata-se, em resumo, da luta pela superação da contradição existente entre os produtores e os receptores da cultura. De massas porque a cultura de nova democracia pertence às massas trabalhadoras. É, portanto, democrática, a serviço das massas operárias e camponesas [e pequeno burguesas] (MAO TSETUNG apud SOUZA, 2014, p. 300).

Para tanto, em nosso país é necessário romper as amarras do imperialismo e as bases do capitalismo burocrático. É necessário lutar para transformar a realidade do ensino público, defender uma educação a serviço das classes populares, combinada com o trabalho produtivo, formando o ser humano na sua integralidade, isso é seguir o caminho democrático, é ser parte da revolução democrática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado brasileiro encontra-se sob as duas colunas que sustentam o capitalismo burocrático em um país, a semicolonialidade e a semifeudalidade. Assim, suas instituições políticas, que compõem o aparato estatal, são controladas por forças que estão a serviço das nações imperialistas. Essas características nos apontam para o fato de que o Estado brasileiro, em sua história, nunca dispôs de independência política para definir suas políticas públicas de forma autônoma, com base no interesse da grande maioria de sua população (ESTEVÃO, 2019).

Ao longo do século XX, as nações imperialistas criaram organismos internacionais para que funcionassem como instrumentos de imposição dos seus interesses e atuassem em diversas esferas, intervêm nos campos econômico, político e intelectual, etc. As classes dominantes no Estado brasileiro possuem vínculos estreitos com o imperialismo e ao se apoderarem do aparelho estatal tem suas ações pautadas por esses organismos internacionais, controlados pelas nações imperialistas.

Os organismos internacionais objetivam, desde a sua criação, materializar uma nova ordem cultural nos países dominados por meio, principalmente, da intervenção na educação.

Com a crise vem à necessidade da intensificação da exploração nos países dominados e a educação é meio pelo qual os organismos internacionais buscam amenizar a visibilidade dos impactos e diminuir a reação à esta exploração. Justificam que a ausência de escolarização e a baixa aprendizagem é a causa do atraso e da pobreza e não a exploração capitalista. Assim, apontam para a necessidade da educação ser um instrumento tanto na preparação do trabalhador com competências e habilidades exigidas pelo mercado, mas também prevenir distúrbios sociais contestadores da ordem diante das imposições do capital e da miséria que se intensifica.

A condição da classe dominante locais (latifundiários e grande burguesia) e sua submissão aos ditames do imperialismo para a educação através dos organismos internacionais, inviabilizam a criação de condições para a transmissão dos conhecimentos científicos mais elaborados desenvolvidos pela humanidade para as classes populares. Dessa forma, as propostas de democratização tanto do acesso ao ensino como seu foco na aprendizagem na educação brasileira revelaram-se contraditórias, pois a sociedade capitalista reconstrói as desigualdades sociais nas escolas, dividindo-as em escolas para as classes dominantes e escolas para as classes populares, refletindo as contradições principais da sociedade.

Lênin (1896) já afirmara que a escola é ideológica, que dentro de uma sociedade dividida em classes sociais não se pode haver uma educação que não tenha um caráter de classe e dentro do capitalismo esta escola só serve aos interesses de parte muito pequena da população.

A trajetória das reformas apontadas como necessárias às políticas educacionais no Brasil, desde a década de 1990 até os dias atuais, aponta para a necessidade do imperialismo em administrar a pobreza, diante da

intensificação da exploração como resposta para as crises cíclicas do capitalismo, a partir da centralidade de uma educação voltada para o crescimento e desenvolvimento econômico.

Esse projeto se aporta nas concepções da Teoria do Capital Humano, da Sociedade do Conhecimento e do Neoescolanovismo, amparados no lema “aprender a aprender”, todos voltados a valorização do capital e reprodução da sociedade capitalista, através da negação dos conhecimentos científicos acumulados pela humanidade para as classes populares, a grande maioria da população.

Devemos ter uma atitude marxista e travar lutas dentro da escola burguesa, transformando-a em trincheira da luta de classes, como uma estratégia para a construção da nova educação.

Em nosso país é necessário romper as amarras do imperialismo e as bases do capitalismo burocrático. É necessário lutar para transformar a realidade do ensino público, defender uma educação a serviço das classes populares, combinada com o trabalho produtivo, formando o ser humano na sua integralidade, isso é seguir o caminho democrático.

As classes populares devem elevar sua consciência de classe para atuar ativamente na construção de possibilidades de uma nova escola, defender o ensino público e a serviço do povo, uma educação popular e científica, e cabe aos professores democráticos auxiliar nessa tarefa.

Diante de avançada crise econômica, política, moral e social, observamos o agravamento de todas as contradições fundamentais no mundo, uma agudização da luta de classes, um cenário crescente de reacionarização do Estado, mas que impulsiona ações cada vez maiores e mais consequentes de resistência popular em defesa dos direitos democráticos conquistados pelas classes populares.

As classes dominantes continuam subestimando a resistência das classes populares. É preciso nos mobilizar de forma ampla, radical e consequente para a luta contra as políticas educacionais do imperialismo que estão sendo implementadas em nosso país, contra a precarização e sucateamento do ensino público, contra as estruturas de classe do capitalismo burocrático, atrasado e semifeudal, que se expressão na educação. É necessário elevar a nossa consciência de classe e atuar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, democrática, científica e a serviço do nosso povo.

---

[i] Chamamos de classes populares o conjunto das classes oprimidas pelo imperialismo, pela grande burguesia e pelo latifúndio de novo e velho tipo, sendo tais classes o proletariado, semiproletariado (serviço informal, o bico, a subalocação, o subemprego, o desemprego total), camponeses pobres (sem-terra ou com pouca terra) e médios, setores da pequena e média burguesia (intelectuais, trabalhadores autônomos, médios e pequenos proprietários – industriais, comerciantes, fazendeiros), ou seja, a grande maioria do povo brasileiro.

[ii] Ver dissertação “Imperialismo e Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Brasil”, disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/35364/4/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Larissa%20dos%20Santos%20Estev%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2020.

## REFERÊNCIAS

DUARTE, N. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 18, set./dez. 2001, p. 35-40.

DUARTE, N. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (por que Donald Schön não entendeu Luria). In: **Educação e sociedade**. Campinas: v. 24, n. 83, 2003, p. 601-625.

ESTEVIÃO, L.S. **Imperialismo e Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas**. Trabalho Necessário, ano 13, n. 20, 2015.

GIOLO, J. **Três críticas aos sete saberes necessários à educação do futuro**. V seminário de pesquisa em educação – Região Sul – V ANPED SUL, 2004. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/2004/>. Acesso em: 20 set. 2016.

HAVEY, D. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008

KUENZER, A. Z. **O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2010: Superando a década perdida?** Campinas: Educação e Sociedade, v. 31, n. 112, 2010, p. 851-873.

LEHER, R. **Um novo senhor da educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. 1999. Disponível em: [www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3\\_03.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_03.pdf). Acesso em: 22 ago. 2015.

LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas**: em três tomos. Lisboa: Edições Avante!, 1979.

LÊNIN, V. I. **Lenin Obras Completas**. Akal Editor, tomo II, 1896.

MAO TSETUNG. **Sobre a Prática**. 1937. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1937/07/pratica-ga.htm>. Acesso em: 30 nov. 2017.

MARIÁTEGUI, J. C. **Mariátegui sobre educação**. Seleção de textos e tradução de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Xamã, 2007.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. **Por que a urgência da reforma do ensino médio?** Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). Campinas: Educação e Sociedade, v. 38, n. 139, 2017, p. 355-372.

PISTRAK, M. M. et al. **A Escola-Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Editora Popular, 2000.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RABELO, J.; SEGUNDO, M. D. M.; JIMENEZ, S. **Educação para todos e reprodução do Capital**. Trabalho Necessário, ano 7, n. 9, 2009.

SANTOS, O. S. **Reestruturação capitalista: educação e escola**. Belo Horizonte: Trabalho & Educação, v. 13, n. 1, 2004.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **História as ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. In: FERRETI, C. J. (Org.) et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, P. A. D. **A falácia da educação integral sob o domínio imperialista: um estudo do Programa Mais Educação em Rondônia**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SOUZA, M. M. **Imperialismo e educação do campo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SOUZA, M. M. **Imperialismo e educação no campo: uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990**. 2010. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2010.

[i] O presente estudo emerge de pesquisa de mestrado concluída no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco intitulada “Imperialismo e Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Brasil”. Desenvolvida na Linha de Pesquisa Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação.

[ii] Chamamos de classes populares o conjunto das classes oprimidas pelo imperialismo, pela grande burguesia e pelo latifúndio de novo e velho tipo, sendo tais classes o proletariado, semiproletariado (serviço informal, o bico, a subalocação, o subemprego, o desemprego total), camponeses pobres (sem-terra ou com pouca terra) e médios, setores da pequena e média burguesia (intelectuais, trabalhadores autônomos, médios e pequenos proprietários – industriais, comerciantes, fazendeiros), ou seja, a grande maioria do povo brasileiro.

[iii] Ver dissertação “Imperialismo e Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Brasil”, disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/35364/4/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Larissa%20dos%20Santos%20Estev%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2020.

\* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Integrante do Grupo Gestor (Pesquisa em Gestão da Educação e Políticas do Tempo Livre). Docente do curso de Pedagogia da Faculdade Pitágoras de Maceió. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1035-1587>. E-mail: [laure\\_estevao@hotmail.com](mailto:laure_estevao@hotmail.com).